

ATA DE REUNIÃO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS

I. LOCAL E DATA

Data: 24 de fevereiro de 2026

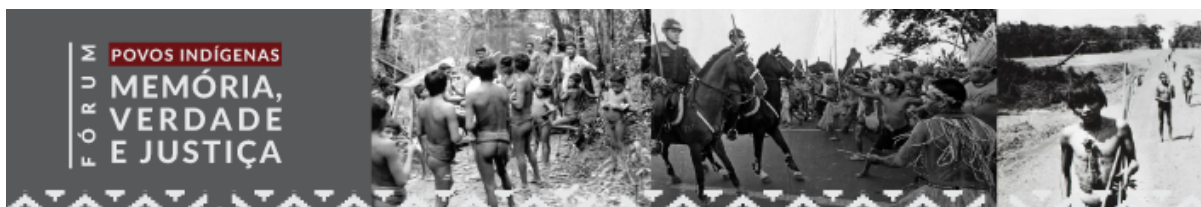
Horário: 14h às 17h

Local: sede da APIB em Brasília

II. PARTICIPANTES

1. Alcineide Piratapuya (ACNUDH)
2. Clovis Brighenti (Unila)
3. Christiane Vieira Nogueira (MPT - GT Justiça de Transição)
4. Daniela Greeb (IPR)
5. Deborah Duprat (Jurista)
6. Eduardo Valadares Brito (DPU)
7. Elaine Moreira (Obind/UnB)
8. Esther (Cimi)
9. Gilnei Viana (Comissão Camponesa da Verdade; UnB)
10. Joana D'Arc Ferraz (UFF; pesquisa sobre empresas e ditadura)
11. Kristian Bengtson (Embaixada Real da Noruega)
12. Lucas Cravo (Anmiga)
13. Luiza Barros (ISA)
14. Luiza Tuxá (Projeto JTPI/Apib; Ajur Apoinme)
15. Luma Prado (ISA)
16. Manuele Tuyuka (Projeto JTPI/Apib)
17. Marco Antonio Delfino Almeida (MPF)
18. Miriam (Embaixada Real da Noruega)
19. Osmarina Oliveira (Cimi-Sul)
20. Paulino Montejo (Apib)





21. Rafael Pacheco (Projeto JTPI)
22. Rodrigo Deodato (ACNUDH)
23. Rubens Valente (jornalista)
24. Stephen Baines (ABA)
25. Tatiane Klein (ISA)

III. PAUTA

1. Informes do período;
2. Apresentação do planejamento de 2026
3. Síntese dos Grupos de Trabalho
4. Encaminhamentos e agenda

IV. RESUMO

A plenária realizou um balanço estratégico da trajetória do Fórum e da agenda de justiça de transição para os povos indígenas, retomando sua origem no processo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e os desdobramentos institucionais e políticos construídos desde então. Foram reafirmadas as três recomendações centrais da CNV relacionadas aos povos indígenas — criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), adoção de medidas de reparação e pedido formal de desculpas do Estado — destacando-se a permanência de pendências estruturais no campo da responsabilização e das garantias de não repetição.

A reunião aprofundou o debate metodológico e estratégico do Fórum para 2026, com destaque para a consolidação da planilha de sistematização de casos (atualmente com cerca de 90 registros), a necessidade de qualificação documental e tipificação das violações — incluindo dimensões territoriais, ambientais e laborais — e a construção de análises transversais envolvendo megaprojetos e responsabilização empresarial. Também foram discutidas estratégias jurídicas e institucionais, como a atuação junto à Comissão de Anistia, eventual provocação ao STF e fortalecimento da articulação com MPF, MPT, DPU e instâncias internacionais (ONU e CIDH).

Por fim, a plenária reafirmou a centralidade da governança indígena na condução política da agenda, especialmente no contexto do ATL 2026, e consolidou encaminhamentos voltados à combinação entre produção técnica qualificada, incidência institucional e visibilização pública de casos emblemáticos, com o objetivo de transformar acúmulos documentais e políticos em medidas concretas de memória, verdade, reparação integral, responsabilização e garantias de não repetição.





V. ASSUNTOS TRATADOS

1. Contexto e trajetória da agenda

Paulino Montejo (APIB) retomou a trajetória da agenda de justiça de transição para os povos indígenas, situando sua origem no processo da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011, instituída em 2012 e concluída em 2014.

Destacou-se que a CNV apresentou recomendações específicas relativas aos povos indígenas, entre elas:

- Criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV);
- Medidas de reparação no marco da justiça de transição;
- Pedido formal de desculpas do Estado brasileiro (ainda não realizado).

A CNV reconheceu limitações institucionais para aprofundar as investigações sobre povos indígenas, mas registrou a existência de pelo menos 305 povos afetados e estimativa de 8.350 indígenas assassinados no período ditatorial, apontando a “institucionalização da violência”, agravada durante a ditadura militar.

Foi rememorada a articulação contínua após o relatório da CNV, incluindo:

- Oficinas (2023) na UnB com pesquisadores indígenas e instituições;
- Seminário Nacional (julho de 2024, São Paulo);
- Sete oficinas regionais em 2024;
- Incorporação da pauta no ATL (2023 como atividade paralela; 2024 como pauta central em plenária).

O Fórum consolidou-se como espaço estruturado em Grupos de Trabalho (GTs), reunindo atualmente ampla rede institucional.





2. Contexto atual do Fórum

Daniela Greeb (IPR) apresentou o panorama atual do Fórum, sua composição (63 instituições e 118 participantes), dinâmica de reuniões mensais (terceira terça-feira de cada mês) e prioridades para 2026.

Reafirmou-se que a criação da CNIV é instrumento estratégico, mas não constitui fim em si mesmo. A agenda maior envolve:

- Memória e verdade
- Reparação integral
- Garantias de não repetição
- Responsabilização estatal e empresarial

Daniela (IPR) apresentou o panorama atual do Fórum, incluindo sua composição, membros, dinâmica de reuniões e articulações em curso.

A plenária teve como objetivo central refletir sobre os próximos passos táticos e estratégicos, reafirmando que a criação da CNIV é um instrumento importante, mas que a estratégia maior envolve garantir memória, verdade, justiça, reparação integral, não repetição das violações e responsabilização do Estado brasileiro.

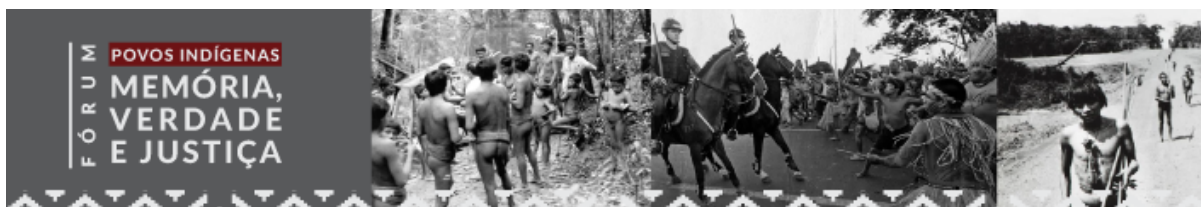
3. Síntese dos Grupos de Trabalho

GT 1 – Sistematização e Metodologia de Casos

Relato de Elaine Moreira (OBIND/UnB).

O GT realizou sua primeira reunião presencial no mesmo dia da plenária. Deliberou-se que, sempre que houver plenárias presenciais, o GT também buscará realizar reuniões presenciais pela manhã.





Principais pontos:

- *Construção de planilha consolidada com cerca de 90 casos registrados;*
- *Ampliação temporal para além de 1946–1988;*
- *Estruturação de categorias de violação (54 categorias derivadas da Declaração da ONU);*
- *Organização por povo (categoria mestra), com possibilidade de múltiplos casos por povo;*
- *Proposta de inclusão de coluna específica para “empreendimentos” e “megaprojetos” (Carajás, rodovias amazônicas, UHEs, projetos de colonização);*
- *Meta de qualificação metodológica e documental até o final de 2026;*
- *Construção futura de mapa georreferenciado.*

Deborah Duprat ressaltou padrões recorrentes em grandes empreendimentos (ex.: caso Tuxá).

Marco Antonio (MPF) mencionou o caso da prisão de Icatu (SP).

Joana D’Arc destacou a importância de investigar vínculos entre empresas e Estado ditatorial.

Rafael Pacheco sugeriu cruzamentos estruturais por megaprojetos.

Também foi destacada a necessidade de tipificação específica de violações laborais (trabalho escravo, servidão por dívida, impedimento ao trabalho tradicional), em diálogo com o MPT.

GT 2 – Técnico-Jurídico

Apresentou minuta de decreto para criação/fortalecimento de instância nacional de verdade e reparação indígena, já apresentada ao Governo Federal (outubro de 2025).

Está em elaboração documento com proposta de organização e funcionamento do Fórum para 2026.





Também foi discutida a possibilidade de:

- Atuação na Comissão de Anistia (anistias individuais e coletivas);
- Estratégia de ADPF no STF visando obrigar a criação da comissão nacional;
- Consolidação de fluxos institucionais com MPF, MPT e DPU.

O GT apresentou proposta de organização e funcionamento do Fórum para 2026, a ser detalhada em documento próprio, com foco em consolidar fluxos, responsabilidades e prioridades estratégicas.

GT 3 – Articulação e Incidência Nacional e Internacional

Marco Antonio (MPF) apresentou síntese das articulações.

Destaques:

- Incidência junto à relatoria da ONU sobre memória e reparação;
- Atuação na CIDH/OEA;
- Necessidade de selecionar 3 a 5 casos emblemáticos para visibilização estratégica;
- Articulação multinível (MPF, MPT, DPU, Judiciário, ONU).

Foi ressaltada a importância de combinar visibilização pública e judicialização estratégica.

GT4 - Comunicação e Sensibilização Social

Atuação focada na ampliação da visibilidade da agenda, com diretriz de divulgar apenas conteúdos já consolidados pelos GTs 1–3.

Prevê-se implementação de tenda de memória e verdade no ATL 2026, respeitando a centralidade do movimento indígena na definição metodológica.





4. Encaminhamentos e Agenda

Reafirmou-se o compromisso coletivo de transformar os acúmulos técnicos e documentais em medidas concretas de memória, verdade, reparação integral, responsabilização e garantias de não repetição, assegurando a centralidade da governança indígena na condução política da agenda.

- Consolidação metodológica da tabela de casos até o final de 2026.
- Seleção de casos emblemáticos para estratégia de visibilização.
- Avanço na estratégia jurídico-institucional (Comissão de Anistia e STF).
- Fortalecimento da articulação com MPF, MPT e DPU.
- Estruturação da tenda de memória e verdade no ATL 2026.
- Continuidade da incidência internacional.
- Manutenção das atas mensais como instrumento de memória institucional.
- ATL (Acampamento Terra Livre) 2026

Data: 5 a 11 de abril de 2026

Local: Brasília (Funarte)

Prevê mobilização de 6 a 8 mil lideranças.

Reafirmou-se:

- Respeito à autodeterminação indígena na definição da pauta;
- Observância da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI);
- Necessidade de curadoria para tenda de memória e verdade;
- Expectativa de resposta do Executivo às demandas apresentadas pela APIB.





Agenda 2026:

Todas as plenárias acontecem todas terceiras terças feiras do mês, das 14h às 17h, conforme datas abaixo:

- 17 de março (online) - Plenária - Finalizar Planejamento 2026
- 05 a 11 de abril (presencial) – Mesa no ATL: "Memória, Verdade, Reparação e Justiça"
- 19 de maio (online) - Plenária
- 16 de junho (online) – Plenária na sede da APIB –
- 21 de julho (online) – Plenária
- 18 de agosto (presencial) – Plenária no Seminário Internacional de JTPI
- 15 de setembro (online) – Plenária
- 20 de outubro (online) – Plenária
- 17 de novembro (online) - Plenária
- 15 de dezembro (online) - Avaliação e Planejamento 2027

As pautas serão definidas sempre na plenária anterior conforme planejamento e demandas a partir do contexto político.

